



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Parecer nº 002 /2020 da CCJR sobre o Projeto de Lei nº 10/2020, de autoria da Mesa Diretora, que fixa os subsídios do Prefeito e Vice-Prefeito para a legislatura de 2021 a 2024.

I - EXPOSIÇÃO DA MATÉRIA EM EXAME

1. O projeto em epígrafe fixa os subsídios do Prefeito e Vice-Prefeito para a legislatura de 2021 a 2024, em obediência ao inciso III, do art. 45-A, da Lei Orgânica do Município de Pariquera-Açu.
2. O inciso I do art. 1º fixa o subsídio do Prefeito em R\$ 13.148,47 (treze mil cento e quarenta e oito reais e quarenta e sete centavos); já o inciso II do mesmo artigo fixa o subsídio do Vice-Prefeito: R\$ 5.634,38 (cinco mil seiscentos e trinta e quatro reais e trinta e oito centavos).
3. Por fim, consta no art. 3º da proposta que a referida lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2021.
4. É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

6. Compete a esta Comissão Permanente se pronunciar sobre a **constitucionalidade, juridicidade ou legalidade e técnica legislativa** de projetos de lei submetidos a sua apreciação por força regimental, de acordo com o art. 46, inciso I, alínea "a" do Regimento Interno.
7. A matéria se insere na competência privativa da Câmara Municipal, consoante dispõe o art. 29, VI, da CF/88.



CÂMARA MUNICIPAL DE PARIQUERA-AÇU – SP

CNPJ: 44.303.683/0001-21

Avenida Dr. Fernando Costa, nº 497, CEP 11930-000, Centro.

Telefone (13) 3856-1283 – Portal: www.pariqueraacu.sp.leg.br

Correio eletrônico: camara@camarapariquera.sp.gov.br

008

8. De acordo com o inciso III do art. 45-A da Lei Orgânica, a fixação dos subsídios do Prefeito e Vice-Prefeito se dará por meio de lei.

9. **No mérito**, é importante destacar que, com a edição da recente Lei Complementar nº 173 de 27 de maio de 2020, que alterou a Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, para estabelecer o Programa Federativo de Enfrentamento ao coronavírus (COVID-19); até 31 de dezembro de 2021 **está vedada a concessão, a qualquer título, de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a membros de Poder ou de órgão, servidores e empregados públicos e militares, exceto quando derivado de sentença judicial transitada em julgado ou de determinação legal anterior à calamidade pública**; nos termos do inciso I, do art. 8º do referido diploma legal.

10. Sendo assim, é legalmente obrigatória a manutenção dos valores atuais pagos a título de subsídio para o Prefeito e Vice-Prefeito, por força da alteração legislativa mencionada.

11. No que se refere à técnica legislativa, o projeto obedece aos termos da Lei Complementar n. 95 de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal.

12. Por fim, registramos que, para aprovação da presente propositura será necessário o voto da maioria absoluta (cinco votos) dos membros da Câmara Municipal, em um único turno de votação, nos termos do disposto no §2º, do art. 48 da Lei Orgânica Municipal.

III – CONCLUSÃO

Ante o exposto, quanto aos aspectos que nos compete examinar, nosso voto é pela constitucionalidade, legalidade ou juridicidade e boa técnica legislativa, pelo que somos FAVORÁVEIS a sua deliberação pelo Plenário da Câmara Municipal.

“Deus seja louvado”



CÂMARA MUNICIPAL DE PARQUERA-AÇU – SP

CNPJ: 44.303.683/0001-21

Avenida Dr. Fernando Costa, nº 497, CEP 11930-000, Centro.

Telefone (13) 3856-1283 – Portal: www.parqueraacu.sp.leg.br

Correio eletrônico: camara@camaraparquera.sp.gov.br

009

Sala das Comissões, 01 de julho de 2020.

ARNALDO LOURENÇO

Relator

PELAS CONCLUSÕES:

MILTON TICACA

Presidente

RODRIGO MENDES

Membro